

INFRA-ESTRUTURA

Depois de fazer críticas aos órgãos reguladores e de culpá-los por reajustes de tarifas, Executivo decide fortalecer as entidades

Governo vai apoiar agências

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

Sem fazer alarde, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva começa a mudar seu discurso em relação às agências reguladoras, alvejadas duramente pela cúpula petista nos primeiros três meses do ano. A ordem, que partiu direto do Palácio do Planalto, é trocar as críticas pelo incentivo ao fortalecimento dos órgãos, diante da péssima repercussão que os ataques contra as agências vem tendo no meio empresarial. O governo percebeu que, ao insistir em um debate que parecia pregar o fim dos órgãos reguladores, estava espantando investidores que o Planalto considera fundamental para desenvolver as desejadas parcerias nas áreas de infra-estrutura.

Muito da mudança de postura do governo tem o dedo do ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Consciente de que o aperto fiscal que leva ao corte de gastos e restringe os investimentos públicos vai se estender pelos próximos anos, ele sabe que, sem a iniciativa privada, dificilmente o governo terá condições de pôr o país novamente na rota do crescimento. E foram muitos os recados para Palocci nesse sentido. Como o do presidente da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraeeel), Ricardo Lima. Alguns falam que o Estado tem condições de investir bilhões aqui, bilhões ali, quando se sabe que isso não é verdade. "As finanças públicas continuam fortemente comprometidas com o ajuste fiscal e a margem de manobra é residual", disse o empresário.

Nas muitas reuniões que manteve com seus colegas de ministério, Palocci fez questão de repassar os avisos. Nesses encontros, o ministro da Fazenda chegou, inclusive, a rebater as críticas que até o presidente Lula faz ao fato de as contas de luz e de telefone serem reajustadas, respectivamente, pelo IGP-M e pelo IGP-DI. Esses são os índices de inflação que mais refletem a variação do dólar. Para Palocci, é

Jefferson Rudy



O DISCURSO DE DILMA ROUSSEFF ILUSTRA A MUDANÇA: "NEM TUDO O QUE FOI FEITO NO GOVERNO PASSADO FOI RUIM"



DEFINIÇÃO

"HÁ, HOJE, UMA CONFUSÃO ENTRE INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA. AS AGÊNCIAS NÃO TÊM QUE SER INDEPENDENTES, MAS AUTÔNOMAS"

Rodolpho Tourinho, senador do PFL-BA

bobagem discutir esse tema, pois a troca de indexadores não beneficiaria os consumidores no médio e no longo prazo, já que a tendência dos índices de inflação — no atacado e no varejo — é de convergirem ao longo do tempo.

Palocci, por sinal, ressaltou esse seu ponto de vista em recente entrevista à *Gazeta Mercantil*. Ele admitiu que houve "muita tensão" no início do governo Lula em relação às agências reguladoras. Mas com o tempo percebeu-se que, melhor do que criticar os órgãos, é fortalecê-los.

A primeira a incorporar a nova posição do governo em relação às agências reguladoras foi a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, até bem pouco tempo uma das mais ferozes críticas desses órgãos. Em depoimento no Senado, na semana passada, a ministra mostrou um inesperado discurso conciliador e não só ressaltou a importância do papel das agências, como disse que elas precisam ser fortalecidas e que nem tudo feito pelo governo Fernando Henrique Cardoso na pri-

vatização do setor de energia foi ruim. "A ministra mostrou que tem bom-senso", cutucou o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), ex-ministro de Minas e Energia no governo FHC.

Segundo Tourinho, as agências reguladoras vieram para ficar. "Estamos falando de um avanço importantíssimo para o país. As agências só seriam dispensáveis se ainda continuássemos convivendo com setores monopolistas. Os órgãos reguladores são fundamentais para garantir a concorrência saudável na prestação de serviços públicos e fazer com que os contratos sejam seguidos à risca", disse. O senador concorda, porém, que as agências precisam ser aprimoradas. "Há, hoje, uma confusão entre independência e autonomia. As agências não têm que ser independentes, mas autônomas, com a obrigação de prestar contas ao Congresso", afirmou. "Não conheço nenhum órgão público que esteja livre da prestação de contas. Por que as agências têm de ficar livres dessa obrigação?", indagou.